

Brasília-DF, 19 de novembro de 2024



LEI Nº 14.759, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2023

Semana Nacional de Negociação Coletiva em Rondônia



O companheiro Antonio Acácio Moraes do Amaral, presidente da FITRAC - Federação Interestadual dos Trabalhadores na Indústria do Estado de Rondônia e Acre, participou da Semana Nacional de Negociação Coletiva realizado no dia 13 de novembro de 2024, em Porto Velho/RO, no Campos Avançado do Instituto Federal de Rondônia/IFRO.



Evento de agenda nacional, dedicado à negociação coletiva no mundo do trabalho, cujo objetivo é de fortalecer o diálogo social, fomentar a cultura da negociação coletiva e alinhar políticas de trabalho decente, reunindo representantes de sindicatos, empregadores, e especialistas do setor.



Centrais repudiam cortes sociais



Ao ensejo do G20 Social, no Rio de Janeiro, as Centrais Sindicais divulgaram Carta ao Presidente Lula. Basicamente, o documento defende a proteção social aos mais pobres, cobra taxaço dos mais ricos e critica as bilionárias isenções fiscais a setores monopolistas.

Desde o 1º de Maio fraco deste ano, Lula tem se mantido distante do sindicalismo. A Carta, portanto, aguarda resposta.

O TEXTO:

Os dirigentes das diversas regiões e dos diversos setores, reunidos durante o G20 Social, afirmam que o equilíbrio fiscal deve ser alcançado com a tributação dos ricos, a redução significativa das desonerações e



Brasília-DF, 19 de novembro de 2024

isenções fiscais, bem como a redução do custo da dívida pública e o permanente cuidado com a qualidade dos gastos e dos investimentos públicos.

As desonerações somam R\$ 540 bilhões e o custo anual das dívidas chega aos R\$ 700 bilhões – a mais de 12% do PIB.

Viabilizar um orçamento fiscal equilibrado para promover investimentos em ciência, inovação, infraestrutura social e econômica, educação e saúde, além do combate à fome e à pobreza, é essencial para garantir um crescimento econômico que gere empregos de qualidade e justiça social.

É hora dos muito ricos pagarem impostos progressivos na proporção de sua riqueza e deixar de receber os bilhões de subsídios fiscais sem contrapartida social. Do mesmo modo, a política monetária e as metas inflacionárias não podem continuar impondo um freio ao crescimento com uma das maiores taxas de juros do planeta.

Também destacamos a necessidade de promover maior transparência nos recursos do orçamento destinados ao Legislativo, alocados por meio de emendas. Esses recursos devem ser discutidos com o Executivo, garantindo que sua aplicação esteja relacionada às áreas prioritárias e seja distribuída de forma equilibrada entre todas as regiões.

Apoiamos e saudamos o Presidente Lula quando afirma que os recursos para o equilíbrio fiscal não virão do povo pobre e da classe trabalhadora. Não serão oriundos de cortes nos direitos sociais, trabalhistas e previdenciários, nem da saúde e da educação.

Manifestamos também a nossa solidariedade ao Presidente, aos Ministros do Supremo, ao Congresso Nacional e às demais instituições da República, diante de mais um ataque terrorista dia 13/11. Fique claro que a defesa da democracia se fará investigando, julgando e condenando os golpistas e terroristas que continuam diuturnamente atuando contra o Estado Democrático de Direito.

Rio de Janeiro, 14 de novembro de 2024.

Sérgio Nobre, CUT. Miguel Torres, Força Sindical. Ricardo Patah, UGT. Adilson Araújo, CTB. Moacyr Tesch Auersvald, Nova Central. Antonio Neto, CSB. Nilza Pereira, Intersindical. José Gozze, Pública.

Fonte: Agência Sindical

Origem da PEC 6x1, que reacendeu debate sobre redução da jornada de trabalho



Rick Azevedo é liderança do movimento criado por ele, após viralização de vídeo crítico à precarização do trabalho

Foto: arquivo pessoal

Fazia tempo, no Brasil, talvez desde 2010, que algum tema relevante e geral do mundo do trabalho fazia parte, positivamente, da pauta política nacional. Na última semana, finalmente, isso ocorreu. E pode iniciar discussão orgânica no Congresso, em particular, na Câmara dos Deputados.

Eis que pauta cara e histórica da esquerda e do movimento sindical entrou na agenda do noticiário nacional e mobilizou as redes¹, as ruas² e o debate político nacional³ — a Escala 6x1 —, com a apresentação da PEC (proposta de emenda à Constituição), pela deputada Erika Hilton (PSol-SP), cujo objetivo é extinguir a jornada em que o trabalhador labuta 6 dias e descansa apenas 1.

A proposta (PEC) ultrapassou o número mínimo de assinaturas (171) para ser protocolada na Câmara dos Deputados e iniciar debates na Casa. Isso pode ocorrer nesta semana.

Conteúdo da PEC

No lugar da Escala 6x1, a deputada propõe, por meio da PEC, duração da jornada de trabalho de até 8 horas diárias e 36 semanais, com jornada de 4 dias por semana e 3 de descanso.

Movimento VAT

O movimento VAT (Vida Além do Trabalho) foi iniciado pelo influenciador digital, Rick Azevedo, 30 anos. Ele foi eleito vereador na cidade do Rio de Janeiro, pelo PSol. E é considerado fenômeno eleitoral no Rio.

Ele foi o vereador do PSol com menos investimentos e mais votos. O próprio partido se surpreendeu.

Brasília-DF, 19 de novembro de 2024

Do anonimato para a relevância

Para Rick, os 29,3 mil votos que recebeu vêm da força do VAT, que defende o fim da jornada de 6 dias de trabalho para 1 de folga (6x1), “dando voz a trabalhadores que muitas vezes não se veem representados por estruturas tradicionais”.

“O movimento sindical tem uma relevância histórica enorme, sendo responsável por muitas das conquistas que temos hoje”, diz Azevedo. “No entanto, acredito que ele precisa de uma atualização para se adaptar à realidade dos trabalhadores atuais, especialmente daqueles que estão em condições precarizadas ou em setores informais”, avalia.

Em relação às negociações realizadas ao longo de 2024, até setembro, o estudo mostrou que 86,3% dos 12.145 acordos analisados também resultaram em reajustes acima da inflação. Entre as demais, 10,3% registraram reajustes que acompanharam o INPC, enquanto apenas 3,4% não conseguiram repor as perdas inflacionárias. A média de ganho real dos reajustes do ano está em 1,49% acima da inflação, consolidando um cenário positivo para os trabalhadores.

Fonte: Mundo Sindical

¹ Após viralizar nas redes sociais, protestos por fim da escala 6x1 passa por primeiro teste nas ruas - <https://www.youtube.com/watch?v=wObXVzZJaGA> - acesso em 17.11.24

² Fim da escala 6x1: manifestantes fazem ato na Avenida Paulista - <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2024/11/15/fim-da-escala-6x1-manifestantes-fazem-ato-na-avenida-paulista.ghtml> - acesso em 17.11.24

³ Proposta de redução da jornada de trabalho e fim da escala 6x1 gera debates no plenário da Câmara - <https://www.camara.leg.br/noticias/1110526-proposta-de-reducao-da-jornada-de-trabalho-e-fim-da-escala-6x1-gera-debates-no-plenario-da-camara/> - acesso em 17.11.24

Fonte: Diap

Todo apoio ao fim da jornada de trabalho 6x1



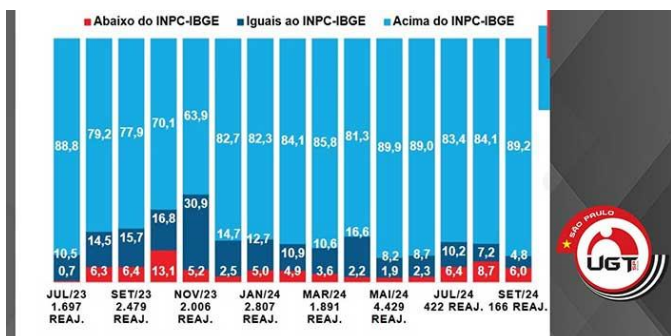
O Sindicato dos Eletricitários de São Paulo fez um cálculo básico que para pagar aluguel, conta de água, conta de luz, comprar botijão de gás, enfim, as coisas básicas de um dia a dia para uma família de quatro pessoas, o mínimo para se viver em qualquer metrópole, em qualquer cidade grande do nosso País é de R\$ 2.889,60. Portanto, o Salário Mínimo deveria ser este valor.

A Constituição Federal diz, em seu Art. 7º, inciso IV, “Salário Mínimo, fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender a suas necessidades vitais básicas e às de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo, sendo vedada sua vinculação para qualquer fim;”.

Sendo assim, a Carta Magna determina os parâmetros desejados para a definição do Salário Mínimo – os quais, muitas vezes, são desprezados pelos poderes (legislativo e executivo), no ato de definição do seu valor. Esta afirmação é facilmente constatada na flagrante desvalorização do Salário Mínimo e na sua incapacidade de cumprir sua função constitucional.

O valor atual de R\$ 1.412,00 e a proposta de R\$ 1.509,00 que está por vir, são um erro grave, uma vergonha nacional.

DIEESE: Quase 90% dos acordos salariais fechados em setembro garantem ganho real



Um levantamento do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) revelou que 89,2% das 166 negociações salariais com data-base em setembro resultaram em aumentos reais, ou seja, acima da inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC-IBGE). Esse é o segundo melhor desempenho do ano, superado apenas pelo mês de maio, de acordo com o boletim divulgado pelo órgão.

**Brasília-DF, 19 de novembro de 2024**

FIM DA 6X1 – Agora surge uma discussão pelo fim da jornada de trabalho 6x1, estabelecendo melhor dignidade para classe trabalhadora. Estamos na luta pela escala de 4x3, trabalha quatro dias e folga três. Esse é o ideal para qualquer cidadão manter a sua dignidade e ter a capacidade de buscar melhorias nos seus estudos, no seu lazer, na sua cultura, e se aprimorar para vida, para o dia a dia e ter sua dignidade plena.

Por isso, eu apoio o fim da jornada 6x1 mas com aumentos efetivos e ganho real nos salários.

Eduardo Anunciato - Chicão*Secretário de Educação da CNTI**Presidente da Federação Nacional dos Trabalhadores em Energia, Água e Meio Ambiente – FENATEMA e do Sindicato dos Eletricitários de São Paulo – STIEESP*

Fonte: Rádio Peão Brasil

Redução da jornada - João Guilherme Vargas Netto

João Guilherme Vargas Netto é consultor sindical entidades de trabalhadores - e-mail: joguvane@uol.com.br

Com a agitação provocada nas redes sociais sobre a jornada 6x1 (que ofuscou a discussão sobre o corte de gastos do governo), quero fazer uma pergunta retórica: se a PEC aprovada determinasse quatro dias de trabalho por semana o que fariam milhões de trabalhadores e trabalhadoras nos outros dias?

Suspendamos, por ora, a resposta e procuremos entender a situação. A reivindicação de redução geral da jornada é histórica no movimento sindical e foi alcançada em várias ocasiões e em vários países ao longo do tempo, a começar pela jornada de oito horas diárias, luta no próprio berço do sindicalismo.

Esta redução geral pode passar por sucessivas e continuadas reduções em muitos locais de trabalho e em setores específicos da produção, como aconteceu, aqui no Brasil, na Constituição de 1988, limitando a jornada semanal a 44 horas. O somatório produziu o resultado (a luta fez a lei) e reforçou um lema, até hoje válido, por uma redução constitucional sem redução de salário.

(Perdemos uma oportunidade em 2010, quando Michel Temer era presidente da Câmara, de obter uma redução constitucional gradual até 42 horas.)

Quando se interrompe o processo sem a conquista geral, o resultado pode ser contraproducente como aconteceu na Alemanha, nos finais do século passado. O patronato quebrou as negociações nacionais e o movimento sindical avançou a redução em várias negociações setoriais e regionais; mas, no fim das contas, contabilizado o saldo de uma década, a jornada média trabalhada tinha aumentado. As empresas se reposicionaram mais rápido que os trabalhadores, garantindo a exploração e o lucro.

Aproveitando-se, com a inteligência, da agitação criada agora pelo debate 6x1, o movimento sindical deve manter alta a sua bandeira pela redução constitucional da jornada, sem redução dos salários, obtendo reduções parciais em muitos Acordos e Convenções.

Quanto à resposta, à pergunta retórica podemos citar o caso dos vigilantes, de vinte anos atrás, em que a jornada 12 X 36 fez com que setores do patronato criassem novas empresas pra continuar explorando os mesmos trabalhadores que tiveram folgas no tempo de trabalho e ficaram com jornadas aumentadas.

João Guilherme Vargas Netto, consultor sindical

Fonte: Agência Sindical

CNTI
Filiada à
NCST
NOVA
CENTRAL

CAMPANHA DE PREVENÇÃO AO CÂNCER DE PRÓSTATA

novembro azul

O Câncer de próstata é silencioso, mas o diagnóstico precoce faz toda DIFERENÇA.

2024
Secretaria para Assuntos do Trabalho da Mulher, da Juventude e do Idoso